

## Entidades médicas apresentam reivindicações ao

**A**s quatro entidades médicas nacionais - Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Federação Nacional dos Médicos e Confederação Médica Brasileira reuniram-se, em março, na sede do CFM, em Brasília com o ministro da Saúde, Humberto Costa. Também participaram do encontro membros do Ministério da Saúde, além do diretor-presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Fausto Pereira dos Santos. Resumidamente, estes foram os principais pontos discutidos e acertados com o Ministério da Saúde:

**Escolas Médicas** - Existe no Ministério uma Comissão, criada após a suspensão provisória de abertura de novas escolas médicas, que trabalha na elaboração de relatório buscando apresentar a real situação do ensino de Medicina no país. Ficou acertado que o trabalho realizado pela AMB/CFM "Novas Escolas de Medicina: necessidade ou oportunismo", concluído no final do ano passado, também servirá como base para o relatório final da Comissão e que o Ministério da Saúde se reunirá com o Ministério da Educação para aprovação de um relatório final e sua devida implantação. O Ministério da Saúde concorda com as entidades e prometeu incluir no relatório que é necessário normatizar a abertura de escolas médicas com critérios claros e objetivos, garantindo primordialmente a qualidade de ensino. Será defendido também que os mesmos critérios sejam utilizados para avaliação das escolas em funcionamento.

**Projeto Diretrizes AMB/CFM** - Ficou estabelecido que técnicos do Ministério da Saúde e a equipe técnica da AMB deverão promover reuniões objetivando a avaliação do projeto e sua implantação no SUS. Atualmente o projeto conta com 80 diretrizes finalizadas, já publicadas em dois volumes.

**CBHPM** - A AMB entregou ao Ministério da Saúde carta assinada em conjunto com a Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização solicitando a participação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) como mediadora das negociações entre as duas entidades. A AMB entende que não pode haver omissão das autoridades competentes na intermediação da relação dos médicos com as operadoras que, por economia, não vêm oferecendo o atendimento adequado à população, recusando-se a adotar os novos avanços da Medicina.

**Operadoras de Planos de Saúde** - A pedido das entidades, ficou acordado que a ANS deverá fiscalizar o cumprimento da Lei dos Planos de Saúde (9657/98) que determina o registro de todas as operadoras de planos de saúde nos Conselhos Regionais de Medicina, bem como a nomeação de seus responsáveis técnicos, o que não vem sendo cumprido pelas empresas.

**Contratualização** - O presidente-diretor da ANS informou que a minuta da contratualização entre prestadores de serviço e operadoras de planos de saúde está pronta e pautada

### ANS instala mesa nacional de negociação entre médicos e planos de saúde

Devido aos conflitos sobre honorários médicos, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu chamar operadoras de planos de saúde e entidades médicas para instalar uma mesa nacional de negociação. A mesa tem como objetivo buscar uma solução mais rápida para os conflitos que hoje prejudicam os usuários de planos de saúde. A instalação da mesa nacional de negociação é fruto de uma série de encontros que a ANS vem promovendo em todo o país com entidades médicas, como o Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Brasileira (AMB), com representantes das operadoras e procuradores do Ministério Público nos estados.

A ANS decidiu ainda que não vai autorizar qualquer reajuste nos preços dos planos de saúde para cobrir o impacto da implantação de nova tabela de procedimentos médicos. A agência pretende facilitar o entendimento entre operadoras e entidades médicas, mas não permitirá que um acordo prejudique os consumidores. Além da instalação da mesa nacional, a ANS decidiu convocar um grupo técnico para avaliar como conciliar o rol de procedimentos que as operadoras têm que garantir aos consumidores, o que as entidades médicas denominam Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). A CBHPM é um rol de procedimentos e ao mesmo tempo uma tabela de serviços dos médicos.

O que o grupo técnico vai avaliar é a conciliação entre procedimentos obrigatórios das operadoras e dos médicos. Hoje há diferenças entre eles. Alguns procedimentos médicos não estão previstos no rol de obrigatórios das operadoras. O grupo técnico não avaliará questões relativas a preços dos serviços.

*Fonte: Assessoria de Imprensa da ANS*